

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	11
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	21
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	23
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	24
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	781.943
Preferenciais	0
Total	781.943
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	53	78
1.01	Ativo Circulante	53	78
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1	1
1.01.01.01	Bancos	1	1
1.01.02	Aplicações Financeiras	41	66
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	41	66
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	41	66
1.01.03	Contas a Receber	1	1
1.01.03.01	Clientes	0	1
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	1	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	10	10
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	10	10

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	53	78
2.01	Passivo Circulante	4	1
2.01.02	Fornecedores	4	0
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	4	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	0	1
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	0	1
2.01.03.01.02	Outros impostos federais a recolher	0	1
2.03	Patrimônio Líquido	49	77
2.03.01	Capital Social Realizado	753	653
2.03.02	Reservas de Capital	0	100
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	100
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-704	-676

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-30	-24
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-30	-24
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-30	-24
3.06	Resultado Financeiro	2	1
3.06.01	Receitas Financeiras	2	1
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-28	-23
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-28	-23
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-28	-23
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,03580	-0,04080

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	-28	-23
4.03	Resultado Abrangente do Período	-28	-23

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-28	-23
6.01.01.01	Prejuízo do Período	-28	-23
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	28	23
6.01.02.02	(Aumento)Diminuição em Impostos a Compensar	0	-1
6.01.02.03	Aumento(Diminuição) em Fornecedores/Contas a Pagar	4	4
6.01.02.04	Aumento(Diminuição) em Impostos a Pagar	-1	0
6.01.02.05	(Aumento)Diminuição em Aplicações Financeiras	25	20
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1	1
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1	1

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	653	100	0	-676	0	77
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	653	100	0	-676	0	77
5.04	Transações de Capital com os Sócios	100	-100	0	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	100	-100	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-28	0	-28
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-28	0	-28
5.07	Saldos Finais	753	0	0	-704	0	49

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	553	0	0	-515	0	38
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	553	0	0	-515	0	38
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-23	0	-23
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-23	0	-23
5.07	Saldos Finais	553	0	0	-538	0	15

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-30	-24
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-30	-24
7.03	Valor Adicionado Bruto	-30	-24
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-30	-24
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2	1
7.06.02	Receitas Financeiras	2	1
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-28	-23
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-28	-23
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-28	-23
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-28	-23

Comentário do Desempenho

A Companhia é uma sociedade por ações constituída de acordo com as leis brasileiras em 18 de agosto de 2010. Sua controladora é a Brasil Plural Empreendimentos e Participações Ltda.

A Companhia tem como objeto social (a) aquisição de créditos imobiliários e do agronegócio e de títulos e valores mobiliários lastreados em créditos imobiliários e do agronegócio; (b) aquisição e securitização de créditos hipotecários, imobiliários e do agronegócio e de créditos oriundos de operações e financiamentos imobiliários e do agronegócio em geral; (c) prestação de serviços referentes a operações no mercado secundário de hipotecas e de créditos oriundos de operações e financiamento imobiliários em geral e do agronegócio em geral; (d) gestão e administração de carteiras de crédito imobiliário e do agronegócio, próprias ou de terceiros; (e) emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (“CRIs”), Certificados de Recebíveis do Agronegócio (“CRAs”), bem como de outros títulos e valores mobiliários lastreados em créditos imobiliários e do agronegócio que sejam compatíveis com as suas atividades; (f) distribuição, recompra, revenda ou resgate de títulos e valores mobiliários de sua própria emissão; (g) prestação de serviços de estruturação de operações de securitização de créditos imobiliários e do agronegócio próprios ou de terceiros, bem como de serviços de consultoria imobiliária para fundos de investimento que tenham como objetivo a aquisição de créditos imobiliários e do agronegócio; (h) realização de operações de hedge em mercados derivativos, visando a cobertura de riscos na sua carteira de créditos hipotecários, imobiliários e do agronegócio; e (i) realizar negócios e prestar serviços compatíveis com seu objeto social, incluindo, mas não se limitando, a intermediação de negócios relacionados com o mercado imobiliário e de agronegócio e prestação de serviços de consultoria.

A Companhia encontra-se em fase operacional, possuindo um plano de negócios com estratégias de curto, médio e longo prazo, contendo metas de crescimento para cada período futuro.

As operações com Cédulas de recebíveis Imobiliários em aberto até o trimestre anterior foram mantidas e amortizadas conforme fluxos previstos nos termos de securitização.

A KPMG Auditores Independentes foi contratada pela Companhia para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das informações trimestrais da Companhia. Em atendimento à instrução CVM nº 381/03, informamos que essa empresa de auditoria não prestou serviços não relacionados à auditoria externa.

Notas Explicativas

Brasil Plural Securitizadora S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais - ITR
31 de março de 2016
(Em milhares reais)

1. Informações sobre a Securitizadora

As informações contábeis intermediárias da Brasil Plural Securitizadora S.A. (“Securitizadora” ou “Companhia”) para o trimestre findo em 31 de março de 2016 foram autorizadas para emissão, de acordo com a resolução dos membros do Conselho de Administração, em 13 maio de 2016.

Constituída como uma “Sociedade Anônima” domiciliada no Brasil, as ações da Securitizadora não são negociadas na BM&FBovespa. A sede social da Companhia está localizada na Rua Surubim, 373, 1º andar, conjunto 13, Brooklin Novo - São Paulo - SP.

A Securitizadora é uma sociedade anônima, constituída em 18 de agosto de 2010, e tem por objetivo:

- (i) Adquirir créditos imobiliários, do agronegócio e títulos e valores mobiliários lastreados em créditos imobiliários;
- (ii) Adquirir e securitizar créditos hipotecários, imobiliários, créditos oriundos de operações e financiamentos imobiliários em geral e do agronegócio em geral;
- (iii) Prestar serviços referentes a operações no mercado secundário de hipotecas e de créditos oriundos de operações e financiamento imobiliários em geral e do agronegócio em geral;
- (iv) Gerir e administrar carteiras de crédito imobiliário e do agronegócio, próprias ou de terceiros;
- (v) Emitir Certificados de Recebíveis Imobiliários (“CRIs”), Certificados de Recebíveis do Agronegócio (“CRAs”), bem como outros títulos e valores mobiliários lastreados em créditos imobiliários que sejam compatíveis com as suas atividades;
- (vi) Distribuir, recomprar, revender ou resgatar títulos e valores mobiliários de sua própria emissão;
- (vii) Prestar serviços de estruturação de operações de securitização de créditos imobiliários e do agronegócio próprios ou de terceiros, bem como serviços de consultoria imobiliária para fundos de investimento que tenham como objetivo a aquisição de créditos imobiliários;
- (viii) Realizar operações de *hedge* em mercados derivativos, visando a cobertura de riscos na sua carteira de créditos hipotecários e imobiliários;
- (ix) Realizar negócios e prestar serviços compatíveis com seu objeto social, incluindo, mas não se limitando, à intermediação de negócios relacionados com o mercado imobiliário e prestação de serviços de consultoria.

A Companhia apresenta prejuízo recorrente no trimestre findo em 31 de março de 2016 e, caso seja necessário, obterá aportes de capital de seus acionistas para honrar seus compromissos de curto prazo.

Notas Explicativas

Brasil Plural Securitizadora S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais - ITR
31 de março de 2016
(Em milhares reais)

2. Políticas contábeis

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, das normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

2.1. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Securitizadora e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

A Securitizadora avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os contratos.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações contábeis intermediárias são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Securitizadora. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Impostos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

A provisão para imposto de renda, quando aplicável, é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$240 ao ano e, a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor.

As antecipações e os valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Notas Explicativas

Brasil Plural Securitizadora S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais - ITR
31 de março de 2016
(Em milhares reais)

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Possuem liquidez imediata, com vencimento original de 90 dias da data de contratação ou período menor, e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.5. Apuração de valor justo

O "valor justo" de um instrumento financeiro em uma determinada data é interpretado como o valor pelo qual ele poderia ser comprado e vendido naquela data por duas partes bem informadas, agindo deliberadamente e com prudência, em uma transação em condições regulares de mercado. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo ("preço cotado" ou "preço de mercado").

Caso não exista preço de mercado para um determinado instrumento financeiro, seu valor justo é estimado com base em técnicas de avaliação normalmente adotadas pelo mercado financeiro, levando-se em conta as características específicas do instrumento a ser mensurado e sobretudo as diversas espécies de risco associados a ele. A Securitizadora aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Nível 1 - o valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data de balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.
- Nível 2 - o valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnica de avaliação. Essas técnicas maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.
- Nível 3 - se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

Notas Explicativas

Brasil Plural Securitizadora S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais - ITR
31 de março de 2016
(Em milhares reais)

2.6. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Securitizadora tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Securitizadora espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.7. Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI)

Os recebíveis imobiliários e os certificados de recebíveis imobiliários são registrados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva, que é equivalente ao valor justo na data do balanço.

Os recebíveis são registrados pelo seu valor de aquisição e os certificados emitidos por seu valor de captação, acrescidos dos rendimentos e/ou encargos auferidos até a data de encerramento do balanço, os quais não são incorporados ao resultado e ao patrimônio da Securitizadora, por se constituírem em patrimônio em separado nos termos da Lei nº 9.514/97, e sim controlados individualmente por projeto.

3. Gestão de riscos

A gestão de riscos de mercado, riscos de liquidez, riscos de crédito e riscos operacionais, que estão sob a gestão da Diretoria da controladora (Brasil Plural Empreendimentos e Participações Ltda.), tem por responsabilidade gerenciar a exposição ao risco de liquidez, controlar o fluxo de caixa e garantir a aplicação da política de crédito, em conformidade com as diretrizes estabelecidas.

Com a evolução dos mercados e dos produtos e serviços oferecidos pela Companhia, a Companhia busca continuamente a excelência na gestão e no controle de riscos, sempre em linha com as melhores práticas adotadas internacionalmente. A identificação prévia dos riscos inerentes de produtos/atividades novos(as) ou alterados(as) é realizada pela área de Controle de Riscos dentro do Comitê de Produtos, em que são avaliados todos os impactos antes da implementação.

Notas Explicativas

Brasil Plural Securitizadora S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais - ITR
31 de março de 2016
(Em milhares reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/3/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Depósitos bancários à vista	1	1
Total	1	1

5. Aplicações Financeiras

Em 31 de março de 2016, a Securitizadora possuía Certificados de Depósito Bancários - CDBs do Brasil Plural S.A. Banco Múltiplo, no montante de R\$ 41 (R\$ 66 em 31 de dezembro de 2015).

	Valor justo - Nível 2	
	<u>31/3/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
	<u>Acima de 360 dias</u>	<u>Acima de 360 dias</u>
Aplicações em certificado de depósitos bancários	41	66
	41	66

6. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em Ata de Reunião do Conselho de Administração de 20 de janeiro de 2016, a Administração aprovou aumento de capital de R\$ 100 com aproveitamento de adiantamentos efetuados pela Brasil Plural Empreendimentos e Participações Ltda., e com a emissão de 100.000 ações ordinárias nominativas.

Dessa forma o capital social subscrito e integralizado está representado por 781.943 ações ordinárias nominativas (681.943 em 31 de dezembro 2015), sem valor nominal, no montante de R\$ 753 (R\$ 653 em 31 de dezembro de 2015), conforme composição abaixo:

	Quantidade de ações	
	<u>31/3/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Brasil Plural Empreendimentos e Participações Ltda.	781.940	681.940
Pessoas Físicas	3	3
Total	781.943	681.943

Notas Explicativas

Brasil Plural Securitizadora S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais - ITR
31 de março de 2016
(Em milhares reais)

b. Reserva legal e destinação dos lucros, distribuição de dividendos

Constituída na forma estabelecida na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores, e no Estatuto Social da Companhia, respeitando o percentual mínimo de 5% do lucro do líquido e o percentual máximo 20% do Capital Social da Companhia.

O estatuto social da sociedade assegura um dividendo mínimo obrigatório anual correspondente a 25% do lucro líquido, ajustado pelas movimentações patrimoniais das reservas, conforme a legislação societária. No trimestre findo em 31 de março de 2016 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 não houve pagamento de dividendos.

8. Informações sobre partes relacionadas

A Securitizadora, como demonstrado na Nota 6, é controlada pela Brasil Plural Empreendimentos e Participações Ltda. ("Empreendimentos").

No trimestre findo em 31 de março de 2016 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não existem saldos provisionados ou pagos a título de remuneração do pessoal chave da Administração, bem como a Companhia não possui planos de benefício pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato, outros benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações.

A seguinte operação com parte relacionada encontra-se em aberto em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015:

	Valor justo - Nível 2	
	31/3/2016	31/12/2015
	Acima de 360 dias	Acima de 360 dias
Ativo		
CDBs - Brasil Plural S.A - Banco Múltiplo	41	66
	31/3/2016	31/3/2015
Resultado		
Receitas financeiras	2	1

9. Despesas gerais e administrativas

No trimestre findo em 31 de março de 2016, as despesas gerais e administrativas eram compostas basicamente por gastos com serviços técnicos especializados R\$ 13 (R\$ 13 em 31 de março de 2015), anúncios e publicações R\$ 2 (R\$ 0 em 31 de março de 2015) e outras despesas gerais de funcionamento R\$15 (R\$11 em 31 de março de 2015).

Notas Explicativas

Brasil Plural Securitizadora S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais - ITR
31 de março de 2016
(Em milhares reais)

10. Imposto de renda e contribuição social

Demonstramos a seguir o cálculo do imposto de renda e da contribuição social, referentes ao resultado obtidos no trimestrefindoeem 31 de março de 2016:

	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(28)	(28)
Compensação prejuízos fiscais	-	-
Base de cálculo	(28)	(28)
Alíquota fiscal	15%	9%
Imposto de renda e contribuição social	-	-

Em 31 de março de 2016 a Securitizadora possui créditos tributários acumulados de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não contabilizados no montante de R\$704 (R\$ 676 em 31 de dezembro de 2015). Esses valores referentes aos créditos tributários não estão registrados em virtude da Securitizadora não atender a todos os requerimentos definidos pela CVM para o respectivo registro. Os prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social não possuem prazos prescricionais e sua compensação está limitada a 30% dos lucros tributáveis apurados em cada período-base futuro.

11. Análise de sensibilidade

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Os instrumentos financeiros, representados pelos Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) e pelos contratos de recebíveis tomados como lastro para a emissão desses certificados, estão sujeitos às condições equivalentes de taxas, indexadores e prazos, situação que torna neutro os efeitos decorrentes de quaisquer cenários econômicos aos quais a Companhia pode estar exposta. Essa condição é reforçada por serem instrumentos financeiros cuja negociação é vedada, por estarem segregados do patrimônio comum da Securitizadora, tal como mencionado na Nota Explicativa nº 14.

Os principais instrumentos financeiros usualmente utilizados pela Companhia são aplicações em CDB, em condições normais de mercado, estando reconhecidos pelos critérios descritos na Nota Explicativa no 5.

Notas Explicativas

Brasil Plural Securitizadora S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais - ITR
31 de março de 2016
(Em milhares reais)

12. Ativos e passivos contingentes

Em atendimento à Deliberação CVM 489/05, a Securitizadora não registrou ativos contingentes no período, bem como não existem, na data das informações contábeis intermediárias, quaisquer processos classificáveis como de realização provável ou possível. Do mesmo modo, inexistem passivos contingentes ou processos administrativos ou judiciais, que possam afetar os resultados de suas operações, baseados na opinião de seus assessores legais internos e externos, bem como não houve registro de provisões desta natureza no período.

13. Instrumentos financeiros derivativos

No decorrer do trimestre findo em 31 de março de 2016 e do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 a Securitizadora não operou com instrumentos financeiros derivativos.

14. Informações contábeis intermediárias fiduciárias

A instrução CVM nº 414/04 exige a divulgação das informações relativas aos resgates dos créditos vinculados à emissão de CRI, além das informações anuais independentes, por emissão de CRI sob regime fiduciário, previstas no art. 12 da Lei nº 9.514/97. Em atendimento a esta instrução vigente, divulgamos tais informações a seguir, considerando que para elaboração das informações fiduciárias foram utilizados os mesmos critérios contábeis observados para elaboração das Informações Trimestrais da Companhia.

Abaixo demonstramos os saldos do ativo, passivo e das demonstrações de resultado antes e depois do patrimônio separado, comparativamente para a posição financeira em 31 de dezembro de 2015 e para a demonstração do resultado em 31 de março de 2015.

Essas informações são complementares às demonstrações financeiras da Companhia, conforme instituído pela ICVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, e suas alterações.

Notas Explicativas**Brasil Plural Securitizadora S.A.**

Notas explicativas às informações trimestrais - ITR
31 de março de 2016
(Em milhares reais)

	<u>31.03.2016</u>	<u>31.12.2015</u>	
Balanco patrimonial CRI 1 ^a , 2 ^a , 3 ^a , 4 ^a e 5 ^a séries			
Ativo circulante			
Disponibilidades	170	827	
Carteira de recebíveis 1 ^a série	-	-	
Carteira de recebíveis 2 ^a série	-	-	
Carteira de recebíveis 3 ^a série	-	-	
Carteira de recebíveis 4 ^a e 5 ^a séries	108.574	110.058	(i)
Total do ativo	<u>108.744</u>	<u>110.885</u>	
Passivo circulante			
Títulos emitidos 1 ^a série	-	-	
Títulos emitidos 2 ^a série	-	-	
Títulos emitidos 3 ^a série	-	-	
Títulos emitidos 4 ^a série	94.268	95.558	
Títulos emitidos 5 ^a série	14.208	14.781	
Superveniências financeiras	268	546	
Total do passivo	<u>108.744</u>	<u>110.885</u>	

(i) Contrato de cessão de créditos realizado em 05 de outubro de 2012 com PKCENTER Empreendimentos e Participações SPE Ltda., no valor inicial de R\$87.709.

Com lastro na referida cessão foram emitidas a 4^a e 5^a séries da 1^a emissão de um CRI. O prazo da operação é de 190 meses.

Em 29 de setembro de 2011, a Brasil Plural Securitizadora S.A. efetivou a 1^a emissão da primeira série de um CRI (Certificado de Recebíveis Imobiliários) que foi liquidada, antecipadamente, em 15 de outubro de 2013 por decisão da cedente.

Em 27 de dezembro de 2011 efetivou-se a emissão da 2^a série, no valor de R\$ 64.439 e da 3^a série no valor de R\$ 18.982, ambas com prazo final para 27 de dezembro de 2013.

As contas de compensação registram, por um lado, os recebíveis imobiliários e, por outro, os CRI, atualizados com base nos encargos financeiros contratuais da seguinte forma:

Em 15 de novembro de 2012 foi efetivada a emissão da 4^a e 5^a séries, no valor de R\$81.000 e R\$10.000, respectivamente, ambas com prazo final para 15 de setembro de 2028.

Tal operação tem o valor inicial de R\$6.817. O prazo da operação é de 53 meses, iniciando a amortização de juros em dezembro de 2011, amortização de principal em dezembro de 2012 e com prazo final para fevereiro de 2016.

Foram constituídas as Garantias abaixo para as presentes Emissões, as quais cobrem a totalidade das obrigações decorrentes do CRI perante o seu respectivo titular:

Notas Explicativas

Brasil Plural Securitizadora S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais - ITR

31 de março de 2016

(Em milhares reais)

- a) Instituição de regime fiduciário, sem coobrigação da Emissora;
- b) Cessão fiduciária de créditos;
- c) Alienação fiduciária de quotas;
- d) Seguro; e
- e) Fiança.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Diretores e Acionistas da
Brasil Plural Securitizadora S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Brasil Plural Securitizadora S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2016, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação complementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 30 de março de 2016 sem modificação e às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período três meses do trimestre findo em 31 de março de 2015 foram anteriormente revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 15 de maio de 2015, sem modificação. Os valores correspondentes relativos à Demonstração do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2015, foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão por aqueles auditores independentes e, com base em sua revisão, aqueles auditores emitiram relatório reportando que não tiveram conhecimento de nenhum fato que os levasse a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 13 de maio de 2016

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Lino Martins da Silva Junior

Contador CRC RJ-083314/O-7

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Pelo presente instrumento, ANDRÉ SCHWARTZ, brasileiro, solteiro, economista, portador da carteira de identidade RG n.º 07.841.409-1, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o n.º 011.609.767-16, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço na Rua Surubim, nº 373, 1º andar, Brooklin Novo, CEP 04571-050, Diretor-Presidente da BRASIL PLURAL SECURITIZADORA S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Surubim, 373, 1º andar, conj. 13 – parte, Brooklin Novo, CEP 0471-050, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.610.764/0001-88, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado do São Paulo – JUCESP, sob o NIRE 35.300.383.796 (“Companhia”), DECLARA ter revisto e discutido com os demais administradores da Companhia, concordando integralmente com as informações trimestrais de 31.03.2016 da Companhia.

São Paulo, 13 de maio de 2016.

ANDRÉ SCHWARTZ

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, MARIANA CORRÊLO JOBIM MALLET, brasileira, Administradora de Empresas, inscrita no CPF/MF sob o n.º 092.594.117-42, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço na Rua Surubim, 373, 1º andar, Brooklin Novo, CEP 04571-050, Diretora de Relação com Investidores da BRASIL PLURAL SECURITIZADORA S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Surubim, 373, 1º andar, conj. 13 – parte, Brooklin Novo, CEP 0471-050, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.610.764/0001-88 e com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado do São Paulo – JUCESP, sob o NIRE 35.300.383.796 (“Companhia”), DECLARA ter revisto e discutido com os demais administradores da Companhia, concordando integralmente com as informações trimestrais de 31.03.2016 da Companhia.

São Paulo, 13 de maio de 2016.

MARIANA CORRÊLO JOBIM MALLET

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Pelo presente instrumento, ANDRÉ SCHWARTZ, brasileiro, solteiro, economista, portador da carteira de identidade RG n.º 07.841.409-1, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o n.º 011.609.767-16, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço na Rua Surubim, nº 373, 1º andar, Brooklin Novo, CEP 04571-050, Diretor-Presidente da BRASIL PLURAL SECURITIZADORA S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Surubim, 373, 1º andar, conj. 13 – parte, Brooklin Novo, CEP 0471-050, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.610.764/0001-88, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado do São Paulo – JUCESP, sob o NIRE 35.300.383.796 (“Companhia”), DECLARA ter revisto e discutido com os demais administradores da Companhia, concordando integralmente com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes da Companhia de 15 de maio de 2015.

São Paulo, 13 de maio de 2016.

ANDRÉ SCHWARTZ

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, MARIANA CORRÊLO JOBIM MALLET, brasileira, Administradora de Empresas, inscrita no CPF/MF sob o n.º 092.594.117-42, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço na Rua Surubim, 373, 1º andar, Brooklin Novo, CEP 04571-050, Diretora de Relação com Investidores da BRASIL PLURAL SECURITIZADORA S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Surubim, 373, 1º andar, conj. 13 – parte, Brooklin Novo, CEP 0471-050, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.610.764/0001-88 e com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado do São Paulo – JUCESP, sob o NIRE 35.300.383.796 (“Companhia”), DECLARA ter revisto e discutido com os demais administradores da Companhia, concordando integralmente com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes da Companhia de 15 de maio de 2015.

São Paulo, 13 de maio de 2016.

MARIANA CORRÊLO JOBIM MALLET